



CONTRATO N.º 030/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 314054/2016

O ESTADO DE MATO GROSSO por meio da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, com sede no Centro Político Administrativo, bloco 05, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ sob n. 04.441.389/0001-61, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Saúde **LUIZ ANTÔNIO VITÓRIO SOARES**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG N.º 019771 SSP/SP, inscrito no CPF sob o N.º 138.731.301-06, denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CIRURGICA GONÇALVES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.371.628/0001-70, com sede sito Av. General Mello – n.º 1.527 – Bairro Pico – CEP 78.065-290 Cuiabá – MT – telefone 65-3634-5142 – e-mail: comercial@cirurgicagoncalves.com.br, neste ato representada por TERTULIANO GONÇALVES DA COSTA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n. 0.003.298-0 SSP-MT, inscrito no CPF sob o n. 171.769.301-63, denominada **CONTRATADA**. Considerando os documentos que instruem o processo administrativo 314054/2016, procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 010/2017**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, do qual será parte integrante o Termo de Referência, e que será regido pela Lei n. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, Lei Federal n.º 10.520/02, pelos Decretos Estaduais n. 840, de 10/02/2017 e alterações, 7.218 de 14/03/2006, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto *“aquisição de Materiais (Lixeiras e Container) necessário para gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos produzidos em serviços de saúde”*.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DO CONTRATO

2.1 O período de vigência do contrato será de **12 (doze) meses, tendo início em 17/07/2017 e término em 16/07/2018**, conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos, podendo ser prorrogado somente, pelo período necessário a

1



entrega dos objetos, se presente uma das hipóteses previstas no artigo 57, § 1º da Lei nº 8666/93.

2.2 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 da lei 8.666/93.

2.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

2.4 A divulgação do extrato do contrato ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado no endereço eletrônico <https://www.iomat.mt.gov.br/>.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 Os preços contratados, a especificação, os quantitativos, encontram-se relacionados no presente contrato, a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	LIXEIRA HOSPITALAR EM PLÁSTICO REDONDA COM PEDAL E SUPORTE DE FERRO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, NA COR BRANCA, CAPACIDADE PARA 60 LITROS, COM SUPORTE E PEDAL EM FERRO GALVANIZADO, IDENTIFICAÇÃO E SÍMBOLO DE RESÍDUO INFECTANTE. MEDIDAS 710 MM (ALTURA) X 480MM (LARGURA) X 560 (PROFUNDIDADE).	UND	19	181,05	3.439,95
06	LIXEIRA PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DA ÁREA DA SAÚDE, COM SUPORTE E PEDAL GALVANIZADO, ACONDICIONAMENTO MECÂNICO DA TAMPA, PRODUZIDO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INJETADO COM ADITIVO ANTI-UV CONTRA VARIAÇÕES CLIMÁTICAS EM PEÇA ÚNICA, COR BRANCA. 25 LITROS. DIMENSÃO (LAP): 24,8 X 58,0 X 34,0	UND	139	143,30	19.918,70
07	LIXEIRA HOSPITALAR TIPO CARRINHO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PEDAL E TAMPA ARTICULADA AO CORPO DO CARRINHO, NA COR BRANCA, CONTENDO SÍMBOLO E DESCRIÇÃO DE RESÍDUOS INFECTANTES. CAPACIDADE PARA 120 LITROS / 58 KG.	UND	5	293,00	1.465,00
05	LIXEIRA PARA RESÍDUO COMUM, TIPO CARRINHO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM PEDAL E TAMPA ARTICULADA AO CORPO DO CARRINHO, NA COR PRETA, CAPACIDADE PARA 120 LITROS / 58 KG.	UND	2	356,00	712,00

3.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, quando ocorridos após a data da celebração deste contrato, ficará a cargo da Contratada, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser entregue sem ônus adicionais, eximindo a Administração de qualquer responsabilidade.



4 CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DO LOCAL

4.1 A contratada se obriga a entregar os objetos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho;

4.2 A entrega dos objetos deverá ser feita JVA – Transporte, Logística e Armazenamento no Distrito Industrial BR 364 KM 396 – Condomínio de Galpão Granlobo em horários previamente acordados com o servidor responsável do local Edilson (Gerente) pelo telefone (65) 99201-1165/3667-9357.

5 CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Como condição para assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá estar com a documentação obrigatória válida no SICAF ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual e, **obrigatoriamente apresentar:**

- a) Certidão Negativa de Débitos e Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) CNPJ;
- d) Contrato Social e Alterações (autenticados);

5.2 A Contratada ficará obrigada a retirar a Nota de Empenho para o fornecimento no prazo não superior a **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal.

5.3 Na execução do objeto do presente contrato obriga-se a Contratada a envidar todos os esforços e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda:

5.3.1 Cumprir o objeto do presente contrato no prazo estabelecido na proposta de preços;

5.3.2 Cumprir o objeto do presente contrato de acordo com as especificações contidas no anexo do edital;

5.3.3 Entregar o objeto contratado em perfeitas condições de uso;

5.3.4 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

5.3.5 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

5.3.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação da CONTRATANTE, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções;

5.3.7 Responder pelos danos causados diretamente aos Órgãos/entidades CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos objetos;



5.3.8 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;

5.3.9 Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos objetos contratados;

5.3.10 Prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

5.3.11 A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe a empresa contratada, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta contratação e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

5.3.12 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante a entrega dos objetos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes no edital;

5.3.13 Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

5.3.14 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

5.3.15 São expressamente vedadas à contratada:

- a) A veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização da contratante;
- b) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante o período de fornecimento do objeto contratado.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE obriga-se, nos termos previstos neste contrato a:

6.1.1 Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à CONTRATADA, sob pena de ilegalidade dos atos;

6.1.2 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.1.3 Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Edital/Contrato;

6.1.4 Disponibilizar local adequado para a realização da entrega do objeto contratado;



- 6.1.5 Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;
- 6.1.6 Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos fornecimentos dos objetos entregues, para imediata correção, solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 6.1.7 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos;
- 6.1.8 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA em suas dependências, desde que respeitadas às normas de segurança;
- 6.1.9 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- 6.1.10 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O ESTADO DE MATO GROSSO através da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, designará como Fiscal(is) de Contrato, intitulado por meio de Portaria, servidores abaixo relacionados, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento de acordo com as cláusulas avençadas em contrato:

CEOPE Fiscal do Contrato	Nome: JAMIL ALEXANDRE SABA Matrícula: 58274
Suplente Fiscal	Nome: TEREZA RAQUEL MARQUES DE MOURA Matrícula: 114515
MT-HEMOCENTRO Fiscal do Contrato	Nome: OTTO TEM CATEN Matrícula: 11182
Suplente Fiscal	Nome: WALDETH PONTES GOMES Matrícula: 116168
CRIDAC Fiscal do Contrato	Nome: ZENAIDE MARIA FERRAZ LOGRADO DE SOUZA Matrícula: 118641
Suplente Fiscal	Nome: SILVANA GOMES COLOMBO Matrícula: 90372
LACEN Fiscal do Contrato	Nome: SUEIDÉ ALMEIDA CABRAL Matrícula: 96506
CEOPE Fiscal do Contrato	Nome: CARLOS MAGNO DA GAMA FIQUEIREDO Matrícula: 42419

7.2 Caberá ao Fiscal, além das que perfazem na legislação vigente, Lei nº 8.666/93 e a Portaria 68/2016/GBSES, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela contratada,



elaborar relatório e encaminhando-a diretamente a Coordenadoria de Gestão de Contratos a fim de conformidade processual.

7.3 A fiscalização por parte da **Contratante** não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades da **Contratada** em eventuais falhas que venha cometer, mesmo que não identificadas pela fiscalização.

8 CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, neste exercício financeiro correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CERMAC	Programa: 0077 Projeto/Atividade: 2454 Medida: 2 Tarefa: 2 Natureza: 4.4.90.52 Fonte: 134 Unidade: Centro Estadual de Referência de Média e Alta Complexidade
CRIDAC	Programa: 0077 Projeto/Atividade: 2970 Medida: 2 Tarefa: 1 Natureza: 4.4.90.52 Fonte: 112 Unidade: Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correa
HEMOCENTRO	Programa: 0077 Projeto/Atividade: 2513 Medida: 02 Tarefa: 01 Natureza: 4.4.90.52 Fonte: 112 Unidade: MT-Hemocentro
LACEN	Programa: 0077 Projeto/Atividade: 2511 – Subfunção: 305 Medida: 5 Tarefa: 3 Natureza: 4.4.90.52 Fonte: 112 Unidade: Laboratório Central – LACEN
CEOPE	Programa: 0077 Projeto/Atividade: 2500 Medida: 05 Tarefa: 03 Natureza: 4.4.90.52 Fonte: 134



9 CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 46.879,41 (quarenta e seis mil oitocentos e setecentos e nove reais e quarenta e um centavos).

9.2 O pagamento procederá mediante apresentação da Nota Fiscal, que deverá ser emitida em duas vias.

9.3 As Notas Fiscais devem ser emitidas em nome do **Fundo Estadual de Saúde** e deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE, a fim de serem atestadas e deverá conter as seguintes discriminações:

- a) Razão Social;
- b) Número da Nota Fiscal/Fatura;
- c) Data de emissão;
- d) Nome da Secretaria/Unidade Solicitante;
- e) Descrição do objeto contratado;
- f) Quantidade, preço unitário, preço total;
- g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente, junto ao Banco do Brasil S.A.);
- h) Número do Contrato;
- i) Número da Nota de Empenho;
- j) Não deverá possuir rasuras

9.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter atestados firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando a entrega do objeto contratado;

9.4.1 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informado o motivo que motivaram a sua rejeição.

9.4.2 Somente após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento a partir da data de sua reapresentação.

9.4.3 A CONTRATADA encaminhará com Nota Fiscal, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
- b) Prova de regularidade da Fazenda Estadual (expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor);
- c) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.5 A Nota Fiscal deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

9.6 O pagamento será efetuado em até no máximo 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura, atestada pelo servidor responsável e recebido o “de acordo” da Comissão de Recebimento de Material, respeitando os prazos estabelecidos na Instrução Normativa n. 01/2015 SAGP/SEFAZ.



9.7 O pagamento não será considerado como aceitação definitiva do objeto contratado e não isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, quaisquer que sejam.

9.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

9.9 Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado;

9.10 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.11 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da Contratante.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Aquele que, convocado recusar-se a retirar a Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho ou instrumento equivalente dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis ou deixar de realizar a execução do objeto do contrato, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, estarão sujeitas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais, ficará impedido de licitar e contrato com a Administração e será descredenciada do sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7º da Lei 10.520/2002:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (anos) anos; e/ou,
- d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a Contratada ressarcir à Contratante pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas letras "a", "b" e "c"

11.2 As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Contratante.

11.3 Se a Contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte da Secretaria de Estado de Saúde, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Estado, e, se estes



forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela **Procuradoria Geral do Estado**.

11.4 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela **Contratante**, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.6 A **Contratada** poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso a qualidade dos materiais e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

12.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

13.1.1 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

13.2 A rescisão do contrato poderá ser:

13.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito pela CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

13.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante;

13.2.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

13.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1 A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, pelos Decretos Estaduais n. 840, de 10/02/2017, e alterações, 7.218 de 14/03/2006 e demais normas pertinentes.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

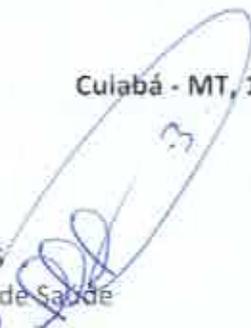
15.1 A **Contratante** providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado no endereço eletrônico <https://www.iomat.mt.gov.br>, em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

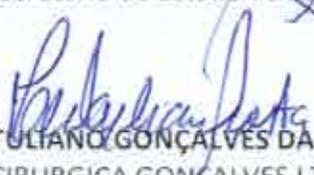
16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

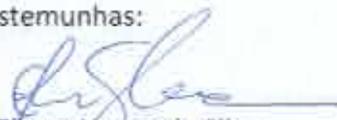
E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cuiabá - MT, 17 de Julho de 2017.


LUIZ SOARES
Secretário de Estado de Saúde


TERTULIANO GONÇALVES DA COSTA
CIRURGICA GONÇALVES LTDA

Testemunhas:


Eliane Nunes da Silva
CPF: 018.432.871-37
RG: 1648916-0 - SSP/MT


Recharia Hellebrandt Fonseca
CPF - 025.529.231-78
RG - 19401841 - SSP/MT